

1 **Ata de número 03-2026 da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de**
2 **Criciúma/SC - CMS/BIÊNIO/2025/2027.** Ao Segundo dia do mês de Março do ano de dois
3 mil e vinte e seis, 02/03/2026 às dezenove horas, com o número necessários de
4 Conselheiros e Conselheiras para cumprimento do quórum regimental deu-se início a
5 Reunião ORDINÁRIA do DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRICIÚMA/SC -
6 CMS/BIÊNIO/2025/2027, realizada de forma híbrida por videoconferência, com os
7 seguintes Conselheiros (as): ALCEU LEONEL SANTOS DE OLIVEIRA representante da
8 entidade: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE DEFESA DOS VITIMADOS PELO
9 TRABALHO/OBSERVATÓRIO SOCIAL DE SAÚDE DO TRABALHA ,SARITA FELIZARDO
10 ASSIS PACHECO representante da entidade: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE DEFESA
11 DOS VITIMADOS PELO TRABALHO/OBSERVATÓRIO SOCIAL DE SAÚDE DO
12 TRABALHA ,PEDRO CARLOS MENDES representante da entidade: ASSOCIACAO DE
13 PESSOAS COM DEFICIENCIA DA REGIAO SUL DE SANTA CATARINA ,HURSULA
14 FERNANDES ZANATTA representante da entidade: ASSOCIACAO DOS DIABETICOS DA
15 REGIAO CARBONIFERA - ADARC ,MATHEUS MACALLOSSI NUNES representante da
16 entidade: ASSOCIACAO DOS DIABETICOS DA REGIAO CARBONIFERA -
17 ADARC ,LARISSA DE OLIVEIRA BATISTA representante da entidade: CONSELHO
18 REGIONAL DE FARMACIA DE SANTA CATARINA ,ANGELA CRISTINA PEREIRA DE
19 MELLO representante da entidade: MUNICÍPIO DE CRICIÚMA ,KATIANE FIGUEIREDO
20 representante da entidade: MUNICÍPIO DE CRICIÚMA ,REGINALDO KJHELIN COELHO
21 representante da entidade: SIND DOS TRAB EM ESTAB DE SERVICOS DE SAUDE DE
22 CRICIUMA ,MARCIONEI FERNANDES representante da entidade: SINDICATO DOS
23 TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO MUNICIPAL DE CRICIUMA ,CARINA
24 SANTOS ALVES representante da entidade: SINDICATO DOS VIGILANTES E
25 EMPREGADOS EM EMPRESAS DE VIGILANCIA E SEG , . O presidente do Conselho
26 Municipal de Saúde de Criciúma abriu a reunião com quórum regimental, saudando a todos
27 e todas.. **Ordem do dia:** Aprovação de ATAS, leitura de correspondências e pontos de pauta.
28 **Aprovação Atas:** A ATA da ultima reunião foi aprovada por todos. **Leitura de**
29 **Correspondências:** Losinete diz que receberam um convite encaminhado pela empresa
30 Vieira para a realização de um curso destinado aos conselheiros. Informa que o valor é de
31 R\$ 550,00 por participante, considerando-o elevado, apesar de reconhecer a relevância do
32 curso. Relata também que receberam um convite da UNESC para participação na Escola

33 de Liderança, mencionando que será disponibilizado um link para que os interessados
34 possam se inscrever. Acrescenta ainda que foi recebido um despacho de indeferimento
35 referente ao caso da paciente Juliana Pereira Santana. Destaca que, devido à
36 complexidade do caso, o documento será encaminhado ao setor jurídico do Conselho
37 Municipal, sugerindo uma análise detalhada por parte da assessoria jurídica. **Informes:**
38 Júlio informa sobre o evento previsto para o dia 17 de abril, destacando que já há um
39 número significativo de inscritos, mas que a equipe continua buscando ampliar a
40 participação. Também menciona os palestrantes confirmados para o evento. Deivid informa
41 sobre a ampliação do horário de atendimento na unidade de saúde do bairro São Luís.
42 Relata ainda o início do funcionamento do serviço de motolância, vinculado ao SAMU,
43 integrante da rede de urgência e emergência, destacando que o serviço contará com duas
44 motocicletas equipadas para proporcionar maior agilidade no atendimento às ocorrências.
45 **Ponto de pauta:** Legislação referente ao Núcleo de Bem-Estar Animal e Plano de saúde
46 Municipal. Júlio iniciou abordando a legislação referente ao Núcleo de Bem-Estar Animal.
47 Relatou que a subcomissão vinculada ao núcleo tem gerado situações de duplicidade de
48 ações e fiscalizações, o que, segundo seu entendimento, configura irregularidade.
49 Destacou que a referida subcomissão foi criada sem poder deliberativo, o que vem
50 ocasionando conflitos, uma vez que o Conselho possui atribuição legal para fiscalizar.
51 Deivid manifestou que, em sua opinião, não há problema na atuação de diferentes grupos
52 ou conselhos realizando fiscalizações, entendendo que isso representa uma soma de
53 esforços em prol da causa animal. Retomando a fala, Júlio relatou que anteriormente havia
54 encaminhamentos realizados em conjunto entre o Conselho e a Secretaria de Saúde, com
55 participação da servidora Ângela. No entanto, após a participação desta na subcomissão,
56 passaram a surgir propostas distintas, gerando conflitos. Ressaltou ainda que, em outras
57 ocasiões, protetores realizam ações já executadas previamente pelo Conselho Municipal
58 de Saúde, defendendo a necessidade de regulamentação para evitar sobreposição de
59 atividades. A conselheira Sandra Cardoso destacou que a subcomissão desenvolve ações
60 como doações e apoio a animais não resgatados, além de atuar em projetos voltados à
61 causa animal. Ressaltou que o papel do Conselho é fiscalizar, mas entende que se tratam
62 de atuações distintas. Afirmou ainda não ter clareza sobre possíveis interferências entre os
63 grupos, mas considerou positiva a existência de duas frentes de atuação. A conselheira
64 Hursula manifestou concordância com a fala de Sandra Cardoso, acrescentando que

65 qualquer cidadão pode denunciar situações de maus-tratos às autoridades competentes.
66 Ressaltou que cabe ao Conselho acompanhar e fiscalizar o Núcleo de Bem-Estar Animal,
67 defendendo a união de esforços entre as partes. O conselheiro Júlio voltou a se manifestar,
68 relatando que já houve intervenção do Conselho, inclusive com apoio policial, sem
69 resultados efetivos. Esclareceu que não questiona as ações da subcomissão, mas apontou
70 que alguns protetores agem como se tivessem poder de polícia, o que gera conflitos.
71 Reiterou a necessidade de encaminhamento à assessoria jurídica para análise das
72 possíveis divergências e inconstitucionalidades. Destacou ainda que o Conselho Municipal
73 de Saúde tem como função discutir políticas públicas de saúde animal, não sendo
74 subordinado ao Núcleo de Bem-Estar Animal, o qual representa apenas uma das políticas
75 públicas do município. A conselheira Losinete manifestou concordância com o conselheiro
76 Júlio, ressaltando que se tratam de entidades distintas, com ideias e posicionamentos
77 diferentes, o que pode gerar conflitos, defendendo que a questão seja analisada pelo setor
78 jurídico. O conselheiro Alceu declarou concordar com os posicionamentos de Júlio e
79 Losinete. Ângela informou que, no mês corrente, foram registradas 165 denúncias, sendo
80 55 relacionadas a maus-tratos, todas vistoriadas in loco. Destacou que, desde o início de
81 sua gestão, houve aumento significativo no número de vistorias, todas devidamente
82 respondidas à população. Informou ainda a recente inclusão de um fiscal concursado com
83 atribuição legal para fiscalização. O conselheiro Danúbio manifestou que a assessoria
84 jurídica deve analisar as legislações que instituem ambos os conselhos e, em caso de
85 divergência, deve prevalecer aquele com atribuição definida por lei federal. Ressaltou que
86 instâncias sem poder deliberativo devem se submeter à legislação superior. Destacou ainda
87 a importância da convergência entre os entes para o bem social e da população,
88 especialmente no que se refere à causa animal. Hursula questionou Ângela sobre quantos
89 casos foram formalmente encaminhados à polícia e quantos animais foram efetivamente
90 retirados de situações de maus-tratos, considerando a limitação de espaço físico do núcleo
91 para acolhimento. Ressaltou que maus-tratos a animais configuram crime. Deivid
92 esclareceu que a atuação da prefeitura segue orientação da Procuradoria do Município e
93 os trâmites legais estabelecidos. Destacou que protetores não possuem poder de
94 fiscalização legal, diferentemente dos fiscais concursados, e que há procedimentos a serem
95 seguidos a partir das denúncias registradas na ouvidoria. Acrescentou ainda que existem
96 denúncias infundadas, como casos de incômodo com latidos, que não configuram crime.

97 Ângela informou que recebe diversas demandas, inclusive de advogados, e que tem
98 orientado para que todas sejam formalizadas, a fim de garantir respostas oficiais e
99 documentadas. Reforçou que as ações do núcleo seguem os trâmites legais e
100 administrativos estabelecidos. Danúbio complementou que, embora maus-tratos sejam
101 crime, toda denúncia deve passar por investigação e seguir o devido processo legal,
102 ressaltando que ações fora da legalidade podem comprometer a legitimidade das
103 intervenções. Hursula afirmou que há registros no sistema 156 com prazos de vistoria
104 expirados e sem realização de segunda vistoria. Encerradas as discussões, o conselheiro
105 Júlio colocou em votação duas propostas: (1) encaminhamento à assessoria jurídica do
106 Conselho para análise da legislação referente à subcomissão; e (2) não encaminhamento,
107 mantendo-se a situação atual. Após deliberação, a maioria dos conselheiros votou
108 favoravelmente ao encaminhamento à assessoria jurídica. Por fim, ficou definido que, na
109 próxima reunião, será apresentado o parecer jurídico. O secretário Deivid iniciou a leitura
110 das mudanças propostas, destacando que, na Diretriz 1, o estudo técnico de viabilidade
111 relacionado aos medicamentos para fibromialgia, anteriormente previsto para 2027, foi
112 antecipado para 2026. Na sequência, relatou alteração referente à priorização no protocolo
113 de regulação. Informou que, após ?????? com equipe técnica e direção clínica, foi definida
114 proposta para garantir prioridade na fila de espera para consultas especializadas aos
115 pacientes com diagnóstico já estabelecido, bem como prioridade máxima para realização
116 de exames e confirmação diagnóstica. Acrescentou ainda que pacientes com suspeita
117 diagnóstica também passarão a ter prioridade no acesso aos exames. O conselheiro Júlio
118 considerou positiva a proposta e questionou o prazo da prioridade máxima. O secretário
119 Deivid respondeu que o prazo varia entre 20 e 30 dias. Rindalta manifestou discordância,
120 considerando o prazo elevado, defendendo que, em casos de suspeita, o atendimento
121 deveria ocorrer em até 10 dias, com rápida devolutiva para início do tratamento. O
122 secretário Deivid explicou que, de modo geral, as agendas são organizadas entre 15 e 20
123 dias para atendimentos de maior urgência e entre 20 e 30 dias para urgência média, visando
124 organização da rede e comunicação com os pacientes. Ressaltou que, em casos
125 classificados como de alto risco, há possibilidade de encaixe imediato. A conselheira
126 Rindalta manteve seu posicionamento contrário, destacando a dificuldade enfrentada por
127 pacientes, especialmente aqueles com limitações, no deslocamento entre serviços e na
128 espera pelo atendimento, sugerindo maior agilidade no processo. O secretário Deivid

129 informou que, a partir da segunda quinzena de março, foi implementado um novo sistema
130 de comunicação para notificação dos pacientes sobre consultas e exames, com avisos
131 enviados por WhatsApp com antecedência de três dias, dois dias e no dia do atendimento.
132 Informou ainda que o sistema também notificará a unidade de saúde e que está sendo
133 avaliada a possibilidade de envio das autorizações diretamente ao paciente por meio digital.
134 A conselheira Rindalta agradeceu pelas informações. O conselheiro Marcionei questionou
135 sobre a oferta do exame de eletroneuromiografia no município, incluindo quantidade mensal
136 e locais de realização. O secretário Deivid respondeu que se trata de exame específico,
137 com poucos prestadores disponíveis, sendo realizado tanto no município quanto fora, e que
138 pacientes em regulação máxima já conseguem acesso dentro dos prazos mencionados. A
139 conselheira Sarita apontou que ficou em aberto a discussão sobre saúde mental e
140 fibromialgia, solicitando acesso ou acompanhamento dos estudos realizados pela
141 Secretaria. O secretário Deivid informou que os estudos são conduzidos internamente e,
142 após finalização, são encaminhados ao Conselho para conhecimento e deliberação.
143 Acrescentou não se recordar de discussões recentes específicas sobre saúde mental. A
144 conselheira Losinete destacou as dificuldades enfrentadas por pacientes com fibromialgia
145 no acesso ao tratamento, considerando o tempo necessário entre o atendimento na unidade
146 básica e o encaminhamento para serviços especializados, sugerindo maior agilidade,
147 inclusive com encaminhamento direto para atendimento na UNESC. O secretário Deivid
148 esclareceu que, conforme a legislação do SUS, a unidade básica de saúde é a porta de
149 entrada obrigatória para o sistema, ressaltando que o município conta atualmente com 46
150 unidades de saúde. Informou que a proposta apresentada visa ampliar o atendimento,
151 mantendo a parceria com a UNESC, porém fortalecendo a estrutura própria do município.
152 Colocada em votação, a Diretriz 1 foi aprovada. O secretário Deivid solicitou que a Diretriz
153 2 fosse discutida na próxima reunião, considerando a necessidade de apresentação de
154 dados epidemiológicos e técnicos, propondo inclusive a participação de um técnico da
155 vigilância epidemiológica, o que foi acatado. Na sequência, iniciou-se a discussão da
156 Diretriz 3, com leitura realizada pelo secretário Deivid. A conselheira Losinete questionou
157 sobre a construção de um centro de atendimento multiprofissional no bairro São Sebastião.
158 O secretário Deivid informou que o projeto está previsto, porém ainda em fase de
159 planejamento, aguardando entrega por parte da empresa responsável. O conselheiro Júlio
160 questionou sobre a integração da assistência social no fluxo de atendimento de crianças

161 com TEA (Transtorno do Espectro Autista), sugerindo inclusão de apoio às mães. O
162 secretário Deivid concordou com a relevância da proposta, informando que já foi
163 considerada a inclusão de atendimento aos responsáveis. O conselheiro Reginaldo
164 questionou sobre contratos com as UPAs e responsabilidade pela aquisição de
165 equipamentos. O secretário Deivid esclareceu que a manutenção preventiva é de
166 responsabilidade da instituição gestora, enquanto a substituição de equipamentos de alto
167 custo é de responsabilidade do município. Losinete questionou sobre medicações para
168 pacientes pós-cirurgia bariátrica. O secretário Deivid informou que o tema ainda não foi
169 finalizado e será discutido posteriormente. A conselheira Sandra Cardoso questionou sobre
170 a continuidade do programa de atendimento domiciliar com fisioterapia e fonoaudiologia,
171 sendo informada pelo secretário Deivid que o serviço segue em funcionamento normal.
172 Rindalta questionou sobre os protocolos existentes. O secretário Deivid esclareceu que se
173 tratam de protocolos profissionais (enfermagem, odontologia, entre outros), de caráter
174 público, podendo ser encaminhados ao Conselho. A conselheira Hursula questionou sobre
175 a paralisação temporária das unidades de saúde para realização de reuniões,
176 demonstrando preocupação com possível prejuízo aos usuários. O secretário Deivid
177 esclareceu que não há interrupção total dos atendimentos, considerando a existência de
178 UPAs, e destacou a importância dessas reuniões para organização dos fluxos e melhoria
179 dos serviços. Durante a leitura da parte referente às campanhas de saúde, o conselheiro
180 Júlio solicitou a inclusão de campanhas voltadas à saúde do trabalhador, diabetes e
181 fibromialgia. O secretário Deivid informou que as campanhas são definidas com base em
182 dados epidemiológicos, mas que as sugestões podem ser incluídas. A conselheira Rindalta
183 reforçou a necessidade de inclusão específica da saúde do trabalhador. A conselheira
184 Úrsula questionou sobre campanhas voltadas à saúde animal, sendo informada que essa
185 temática é de responsabilidade do núcleo específico. A conselheira Sandra Cardoso
186 destacou a importância da participação dos conselhos locais e da população na divulgação
187 das campanhas. O secretário Deivid esclareceu que o foco do plano refere-se às ações de
188 prevenção e promoção da saúde. Dando continuidade, o secretário Deivid apresentou o
189 trecho referente à saúde do trabalhador. Todas as partes lidas foram aprovadas por
190 unanimidade pelos conselheiros. Nada mais ser discutido, deu-se por encerrada a reunião
191 pelo presidente Júlio Cesar Zavadil.

192

193 ALCEU LEONEL SANTOS DE OLIVEIRA representante da entidade: ASSOCIACAO
194 BRASILEIRA DE DEFESA DOS VITIMADOS PELO TRABALHO/OBSERVATÓRIO SOCIAL
195 DE SAÚDE DO TRABALHA

196

197 SARITA FELIZARDO ASSIS PACHECO representante da entidade: ASSOCIACAO
198 BRASILEIRA DE DEFESA DOS VITIMADOS PELO TRABALHO/OBSERVATÓRIO SOCIAL
199 DE SAÚDE DO TRABALHA

200

201 PEDRO CARLOS MENDES representante da entidade: ASSOCIACAO DE PESSOAS
202 COM DEFICIENCIA DA REGIAO SUL DE SANTA CATARINA

203

204 HURSULA FERNANDES ZANATTA representante da entidade: ASSOCIACAO DOS
205 DIABETICOS DA REGIAO CARBONIFERA - ADARC

206

207 MATHEUS MACALOSI NUNES representante da entidade: ASSOCIACAO DOS
208 DIABETICOS DA REGIAO CARBONIFERA - ADARC

209

210 LARISSA DE OLIVEIRA BATISTA representante da entidade: CONSELHO REGIONAL DE
211 FARMACIA DE SANTA CATARINA

212

213 ANGELA CRISTINA PEREIRA DE MELLO representante da entidade: MUNICÍPIO DE
214 CRICIÚMA

215

216 KATIANE FIGUEIREDO representante da entidade: MUNICÍPIO DE CRICIÚMA

217

218 REGINALDO KJHELIN COELHO representante da entidade: SIND DOS TRAB EM ESTAB
219 DE SERVICOS DE SAUDE DE CRICIUMA

220

221 MARCIONEI FERNANDES representante da entidade: SINDICATO DOS
222 TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO MUNICIPAL DE CRICIUMA

223

224 CARINA SANTOS ALVES representante da entidade: SINDICATO DOS VIGILANTES E
225 EMPREGADOS EM EMPRESAS DE VIGILANCIA E SEG
226
227